



Cidade do Povo
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 192/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 159/2020

INEXIGIBILIDADE N° 047/2020

ART. 25, II E ART. 13, III E V DA LEI 8666/93

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 192/2020 DE CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, POR SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA EM DIREITO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL, PARA CORREÇÃO DOS CRITÉRIOS LEGAIS APLICADOS NA DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES AO MUNICÍPIO POR MEIO DAS MEDIDAS JUDICIAIS EM ANDAMENTO, QUE CELEBRA O MUNICÍPIO DO PAULISTA E O ESCRITÓRIO HOLANDA & CASCARDO ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS, NOS TERMOS QUE SE SEGUEM:

O MUNICÍPIO DO PAULISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Agamenon Magalhães, s/nº, Centro, Paulista/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.408.839/0001-17, neste ato representado nos termos do **Decreto Municipal nº 20/2017**, pela **Procuradora Geral do Município, Dra. Flávia Patrícia Novelino de Andrade**, brasileira, viúva, advogada, Mat. 45017, residente e domiciliada na cidade de Recife/PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro, a sociedade de advogados **HOLANDA & CASCARDO ADVOGADOS & CONSULTORES ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.632.689/0001-27, estabelecido na Rua Irene Gomes de Matos, 97, Boa viagem, Recife/PE, representado neste ato por seus sócios administradores, Sr. **Tulio Gomes Cascardo**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 25454/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.377.444-05, residente e domiciliado na Av. Engenheiro Roberto Freire, 9090, Ponta Negra, Natal/RN, Recife/PE, CEP: 59090-000 e Sr. **Edson Victor Eugênio de Holanda**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 24867/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.560.654-29, residente e domiciliado na Rua Costa Gomes, 202, Apto. 901, Madalena, Recife/PE, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente **Segundo Termo Aditivo** referente a **contratação de escritório de advocacia, por solicitação da Procuradora Geral do Município, para a prestação de serviços de consultoria Jurídica em Direito de Petróleo e Gás Natural, para correção dos critérios legais aplicados na distribuição dos royalties ao Município por meio das medidas judiciais em andamento**, regido pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Considerando os motivos expostos no **Ofício 1.200/2021 – PGM e 1207-A/2021 - PGM**, da Procuradoria Geral do Município, que solicita a elaboração do presente **Termo Aditivo Prorrogação do Prazo de Vigência ao Contrato N° 192/2020**, cujo objeto é a **contratação de escritório de advocacia, por solicitação da Procuradora Geral do Município, para a prestação de serviços de consultoria Jurídica em Direito de Petróleo e Gás Natural, para correção dos critérios legais aplicados na distribuição dos royalties ao Município por meio das medidas judiciais em andamento**, fica prorrogado o prazo de vigência, ao citado instrumento contratual, pelo período de **12 (doze) meses**, contado a partir de **30 de dezembro de 2021 a 29 de dezembro de 2022**, tendo como fundamento a cláusula quarta e artigo 57, II, da Lei 8.666/93.



Cidade do Povo
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Parágrafo Único – Justificativa a necessidade de prorrogação do contrato, em cumprimento ao Art.57, II, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que o referido escritório atua predominantemente em matérias tratando da defesa do Município no que se refere, não somente a manutenção dos repasses mensais, como também na recuperação de receitas não repassadas a este ente, e que as diversas ações continuam em andamento nas mais variadas instâncias do judiciário e demandam um trabalho jurídico especializado, o qual vem sendo prestado com primazia pelo escritório contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Permanece inalterada a dotação orçamentária prevista no 1º Termo Aditivo ao Contrato.

Parágrafo único: Em decorrência da vigência dos créditos orçamentários, o **CONTRATANTE** obriga-se a emitir o empenho no Exercício de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integra e complementa o presente instrumento com todos os seus informes e despachos o **Ofício 1.200/2021 – PGM**, que solicita a elaboração do presente **Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência ao Contrato nº 192/2020**, devidamente justificado pela Procuradora Geral do Município, **Sra. Flávia Patrícia Novelino de Andrade Lima**, para produzir os regulares efeitos legais, independente do traslado.

Parágrafo único: O presente aditivo decorre de autorização da Senhora Procuradora Geral, e encontra amparo legal no artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas, produzindo todos os efeitos legais, todas as demais cláusulas e condições do **Contrato nº 192/2020** de 30 de dezembro de 2020, naquilo em que não conflitarem com o presente termo aditivo.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito jurídico e legal, na presença de 02 (duas) testemunhas que, ao final, também o subscrevem.

Paulista/PE, 27 de dezembro de 2021.

Flávia de Andrade Lima
Flávia Patrícia Novelino de Andrade Lima
Contratante

Holanda & Cascardo
Holanda & Cascardo Advogados & Consultores Associados.
Contratada

Testemunhas:

Eyller Francielle Barbosa Felix
CPF/MF: 083.218.754-50

Marcella Alves Faria
CPF/MF: 008-105-8347-96



Cidade do Povo
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 192/2020

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº: 192/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 159/2020

MODALIDADE: Inexigibilidade nº 047/2020

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, II, combinado com o art. 13, III da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: HOLANDA & CASCARDO ADVOGADOS & CONSULTORES ASSOCIADOS

CNPJ/MF: 09.631.689/0001-27

OBJETO: Termo Aditivo Prorrogação do Prazo de Vigência ao Contrato Nº 192/2020, cujo objeto é a contratação de escritório de advocacia, por solicitação da Procuradoria Geral do Município, para a prestação de serviços de consultoria Jurídica em Direito de Petróleo e Gás Natural, para correção dos critérios legais aplicados na distribuição dos royalties ao Município por meio das medidas judiciais em andamento, fica prorrogado o prazo de vigência, ao citado instrumento contratual, pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir de 30 de dezembro de 2021 a 29 de dezembro de 2022

Parágrafo Único – Justificativa a necessidade de prorrogação do contrato, em cumprimento ao Art.57, II, da Lei nº 8.666/1993, uma vez que o referido escritório atua predominantemente em matérias tratando da defesa do Município no que se refere, não somente a manutenção dos repasses mensais, como também na recuperação de receitas não repassadas a este ente, e que as diversas ações continuam em andamento nas mais variadas instâncias do judiciário e demandam um trabalho jurídico especializado, o qual vem sendo prestado com primazia pelo escritório contratado.

ASSINATURA: 27/12/2021

Flávia Patricia Novelino de Andrade Lima
Procuradora Geral

5074B994

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

D.O.M.E.PE: 12/01/2022 **D.O.U:** _____ / _____ / _____. **D.O.E.PE (CEPE):** _____ / _____ / _____.



ESTADO DO PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DO PAULISTA
QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 20

Classificação	Especificação	Desdob.	Elemento	Categoria
Poder: 2 - Poder Executivo				
Órgão: 14 - PROCURADORIA MUNICIPAL				
UO: 14101 - PROCURADORIA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
Dotação: 02.061.1005.2125 - AÇÕES DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			699.000
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			699.000
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
33901400 - 15000000	Diárias - Civil	5.000,00		
33903000 - 15000000	Material de Consumo	30.000,00		
33903500 - 15000000	Serviços de Consultoria	500.000,00		
33903900 - 15000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160.000,00		
33909200 - 15000000	Despesas de Exercícios Anteriores	3.000,00		
33909300 - 15000000	Indenizações e Restituições	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000
44000000	INVESTIMENTOS			1.000
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
44905200 - 15000000	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00		
			Total Dotação:	700.000
Dotação: 04.122.1006.8104 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS AÇÕES DA PROCURADORIA MUNICIPAL				
30000000	DESPESAS CORRENTES			4.300.000
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			3.954.000
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
31901100 - 15000000	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	2.900.000,00		
31901600 - 15000000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.054.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			346.000
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
33901400 - 15000000	Diárias - Civil	5.000,00		
33903000 - 15000000	Material de Consumo	15.000,00		
33903300 - 15000000	Passagens e Despesas Com Locomoção	5.000,00		
33903500 - 15000000	Serviços de Consultoria	20.000,00		
33903900 - 15000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300.000,00		
33909200 - 15000000	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			4.000
44000000	INVESTIMENTOS			4.000
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
44905200 - 15000000	Equipamentos e Material Permanente	4.000,00		
			Total Dotação:	4.304.000
Dotação: 14.061.1005.2112 - EXECUÇÃO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO				
30000000	DESPESAS CORRENTES			219.000
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			219.000
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
33903000 - 15000000	Material de Consumo	18.000,00		
33903900 - 15000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00		
33909200 - 15000000	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000
44000000	INVESTIMENTOS			1.000
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
44905200 - 15000000	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00		
			Total Dotação:	220.000
Dotação: 14.062.1005.2114 - COMPROMISSOS COM SENTENÇAS JUDICIAIS				
30000000	DESPESAS CORRENTES			5.700.000
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.001.000
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS			
31909100 - 15000000	Sentenças Judiciais	5.000.000,00		
31909200 - 15000000	Despesas Exercícios Anteriores	1.000,00		